

Estados Gerais da Psicanálise: Segundo Encontro Mundial, Rio de Janeiro 2003

Arendt com Freud: o mal em questão.

Oscar Manuel Miguelez

Fone:0055 11 3081 4662

E-mail oscarmig@uol.com.br

Resumo:

O autor pretende fazer dialogar a psicanálise com uma das pensadoras contemporâneas que mais o ignorou. Procurando convergências e divergências, a questão do mal, dos ideais, do mal-estar, do narcisismo e da destruição humana são objetos de reflexão.

Durante a leitura, sempre atual, do livro de Hannah Arendt “Eichmann em Jerusalém”¹ uma questão foi se sedimentando, crescendo e tomando forma. Para formulá-la é necessário fazer alguns rodeios. Dentro das múltiplas afirmações que Arendt formula no seu livro algumas nos surpreendem especialmente. Ela afirma que o mal ocasionado aos judeus durante a segunda guerra não pode entender-se como uma continuação do anti-semitismo secular reinante na Europa. Algo novo e diferente do acontecido até então levou ao extermínio em massa. Também ficamos chocados com a idéia, por ela sustentada, de que tamanha destruição não poderia ter sido operada sem uma certa colaboração das vítimas envolvidas. Por último (e essa foi uma das hipóteses mais divulgadas da sua obra), a motivação dos algozes não era baseada em algum tipo especial de maldade ou perversidade, tratava-se de pessoas comuns, simplórias, sem nenhum traço relevante que pudesse justificar tamanha capacidade de destruição. A expressão “banalidade do mal” surgiu como um modo de simbolizar essa constatação que o julgamento de Eichmann punha em evidência.

Não foi o interesse da autora criar uma teoria ou doutrina a respeito da natureza do mal. Sua intenção foi, sobretudo, responder a algo bastante factual: a personalidade de Eichmann estava longe da idéia de um monstro, de um ser excepcional, diferente de todos nós.

As intenções de um autor nem sempre são seguidas por aqueles que o lêem. A questão da natureza do mal ficou no ar fisingando. Restou a pergunta a respeito do que era o mal, do que se queria dizer com essa palavra tão carregada de conotações religiosas. Mais ainda, também sobrou a questão do que a psicanálise poderia aportar a um assunto que ao mesmo tempo parecia tão próximo e tão distante dela, pelo menos desde o ponto de vista da terminologia empregada.

¹ Arendt, Hannah: “Eichmann en Jerusalén”, Lumen, Barcelona, 2000.

Com a intenção de desvendar essa pergunta o texto de Arendt: “Pensamento e considerações morais”² foi consultado. Nessa densa e belíssima conferência datada de 1970, Arendt se aventura um pouco mais na questão do que é “o mal”. Uma hipótese forte é sustentada: a incapacidade de pensar está intimamente ligada à questão do mal. Pensar é, seguindo a tradição kantiana, diferente de conhecer, e é o único instrumento para prevenir o mal. O pensamento é construção, questionamento, filosofia -ela chega a nos dizer- e só a filosofia pode aportar alguma luz ao problema do mal. Mas, e isso é essencial, “a atividade de pensamento é como a teia de Penélope: desfaz-se toda manhã o que foi terminado na noite anterior”³. Por isso ela afirma:

“...se Kant está certo e a faculdade de pensar tem uma “aversão natural” a aceitar os próprios resultados como “axiomas sólidos”, então não podemos esperar da atividade de pensar nenhuma proposição ou mandamento moral, nenhum código final de conduta e muito menos uma nova, e agora supostamente final, definição do que é bem e do que é mal.”⁴

E ainda:

“... o pensamento tem inevitavelmente um efeito destrutivo e corrosivo sobre todos os critérios estabelecidos, valores e medidas estabelecidos para o bem e o mal, enfim, sobre todos os costumes e regras de conduta com que lidamos em moral e ética”.⁵

É evidente que Arendt acredita que o holocausto não teria sido possível se os envolvidos, tanto as vítimas como os algozes, tivessem exercido a capacidade de pensar e, portanto, de questionar as ordens recebidas de seus líderes. Concordemos ou não com tal afirmação, a idéia de congelar a pergunta sobre o mal com alguma sentença que a preencha positivamente, que lhe dê substância, que a resuma numa fórmula que possa ser aplicada sem dúvidas apresenta-se como falha.

Muito se fala da tentação do mal, valeria pensar se essa tentação não fica realizada na hora em que, cansados da incerteza, optamos por alguma determinação qualquer.

A língua portuguesa permite um uso diferenciado de “mau” e “mal”.⁶ É respeito do substantivo “o mal” que esta centrada a questão que

² Arendt, Hannah: “A dignidade na política” Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.

³ Idem, página 151.

⁴ Idem, página 151.

⁵ idem página 157

⁶ Diz Koogan-Houaiss:

MAU adj. Que não tem as qualidades que se gostaria que tivesse. / Que faz ou tem propensão a fazer o mal: *homem mau*. / Que traduz maldade: *olhar mau*. / Sem talento, destituído de valor (neste sentido, precede o substantivo): *mau poeta*. / Funesto, sinistro: *maus presságios*. / De resultado negativo: *mau negócio*. /

nos ocupa. Duas linhas podem claramente perfilar-se. A primeira faz do mal algo menos obscuro, mais corriqueiro, do que poderia pensar-se inicialmente: “ferir”, “ofender”, “prejudicar”. É na oposição com “virtude”, “moral”, “direito” e “justiça” que radica a sutileza, a ambigüidade, embora a conotação metafísico-religiosa só seja alcançada quando “o mal” é concebido como “coisa”, reificado, como nos informa Ferrater Mora⁷.

É um fato que Arendt não faz referência alguma a Freud. Ela não o menciona na sua bibliografia nem alude a ele nos seus textos. Esse enigmático silêncio provoca um desafio: tentar “pensar” qual seria o aporte que, desde a psicanálise, pode fazer-se à questão do mal. Qual seria a “teia” que a Penélope psicanalista teceu em torno do “mal”.

O mal é sem dúvida uma questão freudiana, porém, a primeira vista a palavra “mal” não desempenha nenhum papel articulador de teoria. A exceção é a composição mal-estar. O mal-estar é sem dúvida um conceito de peso na concepção freudiana da cultura.

Revisar a obra de Freud desde uma determinada perspectiva é sempre uma aventura interessante. São freqüentes as aparições de “o mal” na sua obra. A maioria delas se referem a sentidos menos controvertidos presentes nos verbetes dos dicionários comuns: o mal histórico, como sinônimo de doença, prejuízo, dano etc. É em um artigo, nem sempre lembrado, que Freud faz um aporte à questão do mal nos mesmos termos empregados por Arendt. Trata-se de “Reflexões para tempos de guerra e morte”⁸, especialmente na primeira parte intitulada “A

Perigoso, nocivo: *mau livro*. / Pouco agradável: *mau humor*. / - S.m.pl. Pessoas más: *evite a companhia dos maus*.

MAL s.m. Aquilo que prejudica, fere, ofende, que se opõe à virtude, à moral, ao direito, à justiça. / Dano, prejuízo, malefício. / Achaque, doença, enfermidade. / Calamidade, infortúnio, desgraça. / Dor, tormento, aflição. / Estado mórbido: *mal de Hansen* (lepra), *mal de gota* (epilepsia) etc. // *Cortar o mal pela raiz*, agir a tempo para impedir piores conseqüências. // *Fazer mal a* (mulher virgem) deflorar, desonrar. // *Há males que vêm para bem*, certas coisas ou fatos, aparentemente danosos, acabam tendo conseqüências benéficas. // *Estar, ficar, trocar de mal* (com alguém), cortar relações, estar brigado com.

⁷ Diz Ferrater Mora no extenso verbete “mal” do qual só selecionei alguns fragmentos:
 (...) a1) Podem-se estudar os diversos significados e usos de expressões como “o mal” (por vezes “o Mal”), “o mau” e “mau”. “O mal” e “o mau” são respectivamente, um substantivo e um adjetivo substantivado, havendo certa tendência a “reificá-los”, ou seja, a supor que existe algo que se chama “o mal” ou “o mau”. Muitas concepções metafísicas do “mal” se apóiam, implícita ou explicitamente, nessa reificação.
 (...) b1) Pode-se estudar o problema do mal do ponto de vista psicológico, sociológico, histórico, etc. Nesse caso é freqüente dar uma interpretação relativista do mal, pois se supõe que o que se diz a seu respeito depende das circunstâncias psicológicas, sociais, históricas, etc.
 c1) Alguns consideram que o mal é real não só psicológica, sociológica ou historicamente, como de um modo mais amplo, de tal maneira que os males particulares são definidos como espécies de um mal real geral.
 (...) d1) Vários autores declararam que o problema do mal é exclusivamente de cunho moral e outros que é só de natureza metafísica.
 (...) O problema da origem do mal pode dar lugar a várias soluções. Eis algumas das que têm sido propostas:
 a3) O mal procede em última análise de Deus ou da Causa Primeira. b3) O mal tem sua origem no homem ou em certas atividades suas. c3) O mal é conseqüência do acaso. d3) da Natureza, e3) da matéria ou de f3) outras fontes.

⁸ Freud, Sigmund (1915) De guerra y muerte. Temas de actualidad. I La desilusión provocada por la guerra. Amorrortu, Buenos Aires, 1979.

desilusão da guerra”⁹. Esse é um artigo escrito em 1915, anterior, portanto, à reviravolta dos anos 20, precursor de outros que viriam depois: “O mal-estar na civilização”, “Por que a guerra?”, “O futuro de uma ilusão”.

O tema central é a desilusão produzida pela destruição da guerra. O patrimônio da humanidade, a inteligência, os valores superiores, até a ciência, são jogados fora em prol do espírito impiedoso da guerra em curso. O que chama a atenção de Freud é que os partícipes da guerra são justamente as nações cultas (civilizadas) e, portanto, é a própria noção de cultura, de civilização que está em jogo. Talvez por isso mesmo Freud empregue a palavra “cultura” no texto original, a despeito da discriminação da língua alemã entre “cultura” e “civilização”¹⁰. A guerra fez do estrangeiro um inimigo, e do inimigo alguém que pode ser combatido e destruído sem consideração.

Diz Freud:

Duas coisas nessa guerra despertaram nosso sentimento de desilusão: a baixa moralidade revelada externamente por Estados que, em suas relações internas, se intitulam guardiães dos padrões morais, e a brutalidade demonstrada por indivíduos que, enquanto participantes da mais alta civilização humana, não julgaríamos capazes de tal comportamento.¹¹

Antes mesmo dos horrores da segunda guerra, Freud já se perguntava como era possível que pessoas partícipes da mais alta civilização fossem capazes de atos tão brutais. A possibilidade de pensar essas ações como a expressão da falta de uma natureza boa, de uma bondade original é descartada e no seu lugar é afirmado que:

(...) “a essência mais profunda da natureza humana consiste em impulsos instintuais de natureza elementar, semelhantes em todos os homens e que visam à satisfação de certas necessidades primevas. Em si mesmos, esses impulsos não são nem bons e nem maus. Classificamos esses impulsos, bem como suas expressões, dessa maneira, segundo sua relação com as necessidades e as exigências da comunidade humana. Deve-se admitir que todos os impulsos que a sociedade condena como maus — tomemos como representativos os egoísticos e cruéis — são de natureza primitiva

Esses impulsos primitivos passam por um longo processo de desenvolvimento antes que se lhes permita tornarem-se ativos no adulto. São inibidos, dirigidos no sentido de outras finalidades e outros campos, mesclam-se, alteram seus objetos e reverterem, até certo ponto, a seu possuidor. Formações de reação contra certos instintos assumem a forma

⁹ Idem 8

¹⁰ Ver a respeito Le Rider, Jacques, “Cultiver le malaise ou civilicer la culture? em “Autour du “Malaise dans la culture” de Freud”, PUF, Paris, 1998.

¹¹ Idem 8

enganadora de uma mudança em seu conteúdo, como se o egoísmo se tivesse transmutado em altruísmo ou a crueldade em piedade.”¹²

O texto exprime a clássica posição freudiana de um mundo pulsional aético, amoral, sobre o qual se assentam de um modo precário a ética e a moral. Os valores culturais nascem da necessidade de impor limites às pulsões, mas estas nunca são totalmente dominadas. O mal é intrínseco à natureza humana, nem tanto por que exista uma natureza malvada no homem, senão porque tanto o mal como o bem, são valores fabricados, construídos de um material sujeito a uma rápida deterioração. A desilusão freudiana, como ele mesmo expressa nesse texto, produz-se nem tanto porque na guerra os valores de convivência humanos tenham caído tão baixo, senão por que nunca tinham se elevado tão alto como foi pensado nos tempos de paz. Mesmo assim a ilusão é necessária não só porque permite poupar desprazer e sofrimento senão também porque é uma inestimável arma para combater a guerra. Freud está longe do cinismo que tanto caracteriza nossos tempos. Não é por ser inevitável que o mal não tem que ser combatido.

Desde o ponto de vista do individuo sua posição é relativista. Ninguém é em si mesmo bom ou mau, ou melhor, todos somos bons e maus ao mesmo tempo.

(...) “o caráter de uma pessoa (...) como sabemos, só de forma inadequada pode ser classificado como ‘bom’ ou ‘mau’. Raramente um ser humano é totalmente bom ou mau; via de regra ele é ‘bom’ em relação a determinada coisa e ‘mau’ em relação a outra, ou ‘bom’ em certas circunstâncias externas e em outras indiscutivelmente ‘mau’.”¹³

A maldade é um componente próprio da subjetividade com o qual todos devemos conviver.

O ponto mais questionado é a moral como reitora do que deve ser considerado bom ou mau. Nesse sentido o aporte freudiano possui um ponto de coincidência com a proposta de Arendt do “pensamento”, nos termos em que ela define essa atividade: oposição à “razão” e ao “conhecimento”. Com efeito, ambos desconfiam, por motivos diferentes, do estabelecimento de um padrão que permitiria dirimir de uma vez e para sempre o que deve ser considerado maldade. Novas formas de maldade podem ser produzidas até no fazer justiça, e essa é uma das hipóteses que pairam o tempo todo os comentários de Arendt a respeito do julgamento de Eichmann. Essa insistência do mal, do pulsional, na ótica freudiana, infiltrada naquilo mesmo destinado a dominá-lo é a essência do que mais tarde Freud definirá como mal-estar na cultura. O mal-estar alcança com a segunda teoria das pulsões - a proposta de uma pulsão de

¹² Idem 8, Pag 283

¹³ Idem

morte- uma versão bem mais apurada que levará à famosa afirmação “o homem é o lobo do homem”.

No entanto, vale a pena recuperar os argumentos desse texto de 1915. Trata-se de um verdadeiro mal-entendido acreditar que é só com a introdução da pulsão de morte que a agressividade e a crueldade aparecem na obra de Freud. Já em outra oportunidade ocupei-me ¹⁴ de rastrear as origens destas noções que se remontam em Freud aos seus primeiros escritos. Sexualidade e crueldade, pensadas inicialmente de forma não dicotômica, são os pilares da discriminação entre neurose obsessiva e histeria. A pulsão de dominação (*Bemächtigungstrieb*) postulada já nos três ensaios sobre a sexualidade inicia o caminho dicotômico que culminará nos anos 20 na pulsão de morte.

No texto que nos ocupa não por acaso Freud escolhe como representantes dos impulsos condenáveis o egoísmo e a crueldade. Ele foi escrito quase que concomitantemente com sua introdução ao narcisismo¹⁵ e com sua análise dos destinos das pulsões¹⁶ e está marcado pelas reflexões em torno da constituição do “eu” e do “outro”, tão presente nessas obras. É bom lembrar que o narcisismo é nelas definido como “o complemento libidinal do egoísmo das pulsões de auto-conservação”. O amor a si mesmo e o amor ao outro entram em uma dialética de conflito infundável no qual a crueldade desempenha um papel por vezes de protagonista. O narcisismo é um dos momentos mais fecundos na análise dessa temática e não é por acaso que Lacan, no estágio do espelho, o tomou como eixo central da sua teoria da constituição subjetiva e da agressividade.

É o narcisismo também quem esta na base da criação de fortes laços de ligação ao outro. O desamparo infantil encontra no amor e na ternura dos pais o abrigo indispensável para a sobrevivência. Essa ternura e esse amor, de natureza também narcisista, é produto por sua vez de uma renúncia ao narcisismo próprio o que revela um dos rostos “bons” do narcisismo. A pluralidade de faces, de transformações desse conceito é um dos pilares da sua riqueza.

Uma ruptura dos elos eróticos que fazem do eu objeto de amor do outro e do outro, objeto de amor do eu, está presente na guerra. Para existirem matanças, genocídios nas proporções que temos sido obrigados a aceitar como reais, precisa operar-se rupturas de laços muito arcaicos e a psicanálise aporta conceitos importantes para a elucidação desses fenômenos. A noção de outro semelhante é quebrada nas guerras e no seu lugar surge o “estrangeiro”, o “diferente” e o “inferior”. Os ideais com os quais o ser humano procura controlar a suas pulsões contêm germes potencialmente destrutivos.

Arendt acrescenta que a matança foi só possível graças a um aparelho desumanizador totalitário que se aproveitou das brechas da

¹⁴ Miguelez, Oscar: “A agressividade na obra de Freud”, Revista Boletín do Instituto Sedes Sapientiae.

¹⁵ Freud, Sigmund: “O narcisismo uma introdução”, Amorrortu, Buenos Aires, 1973.

¹⁶ Freud, S.: “Las pulsiones y sus vicisitudes”, Amorrortu, Buenos Aires, 1973

modernidade para cumprir seus desígnios malignos. O ideal de perfeição racial como ideal de Estado começou retirando dos judeus sua condição de cidadãos e culminou no extermínio em massa. Ela se pergunta como isso foi possível. A infiltração do eu narcisista (eu ideal) na construção dos ideais humanos (ideal do eu), postulada por Freud, só pode enriquecer a sua análise e merece ser lembrada também pelos psicanalistas. Com efeito, após a oposição feita por Lagache e retomada por Lacan entre “eu ideal” e “ideal do eu” não se lembra suficientemente que Freud postula que um resto da imaginária onipotência infantil permanece ligado aos ideais culturais, sejam esses quais forem. O eu imaginário narcisista está presente na construção simbólica a partir da qual essa onipotência é regulada.

A “perfeição racial”, ideal narcisista de superioridade, é o oposto de um desamparo humano original intolerável, frente às pulsões e frente ao mundo hostil. Aqui o narcisismo mostra seu rosto macabro. A crueldade se instala de um modo que só o ser humano é capaz de montar. O outro é só o espelho do indesejável.

Estas e outras noções freudianas poderiam ter sido muito úteis a Arendt. No que se refere à colaboração das vítimas com seus algozes, um dos seus apontamentos mais chocantes, sua concepção do pensamento estreita a compreensão dos fatos. Com efeito, quando a crueldade da realidade supera qualquer ficção o pensamento perde sua função antecipatória. Pensar é, nessas situações, só uma forma de fazer a vida tolerável embora isso, como foi o caso, conduza à morte. Freud nisso se enfrenta a Arendt.

Para terminar, o livro de Arendt propositalmente descritivo, objetivo e desapaixonado, não deixa de ilustrar o que ela mesma - e Freud - denunciavam: a presença do mal no fazer justiça. No dizer de Annie Dymetman “O estilo, rigidamente encerrado na jaula de aço da descrição técnico-científica, por sua impenetrabilidade, expressa também ele uma violência autorizada”.¹⁷

Oscar Miguez

¹⁷ Dymetman, Annie: “O estado administrativo e a banalidade do mal” em Cadernos CEBASP